

Ano Nacional do Laicato revitaliza a missão laical e a pastoral popular

Dom José Reginaldo Andrietta*

O Ano Nacional do Laicato está mobilizando a Igreja no Brasil e entusiasmando sobretudo os cristãos leigos e leigas, considerados “sujeitos” na Igreja e na Sociedade. Este artigo apresenta a contribuição desse dinamismo eclesial para a revitalização da missão laical e da pastoral popular.

Introdução

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu em sua 54^a. Assembleia Geral Ordinária, de 2016, realizar o Ano Nacional do Laicato, em comemoração aos 30 anos do Sínodo Ordinário sobre os Leigos, de 1987, e da Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (Os fiéis leigos), de São João Paulo II, sobre “Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo”, de 1988.

Esse Ano do Laicato, celebrado desde a solenidade de Cristo Rei, de 2017, se encerrará na mesma solenidade, em 2018. A Igreja no Brasil comemora o Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, nessa solenidade, em memória do compromisso que os membros da Ação Católica, organização laical de grande envergadura no século passado, fazia a cada ano, nesse dia, de agir em prol de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reinado de Cristo.

Dom Severino Clasen, OFM, Bispo de Caçador - SC, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato, em sua carta ao episcopado brasileiro, de 24/02/2017, solicitou que as Arquidioceses, Dioceses e Prelazias “considerem o Ano do Laicato como prioridade para o ano de 2018”. A Comissão Especial para o Ano Nacional do Laicato, que ele também preside, em consonância com a Presidência da CNBB, tem apresentado propostas e criado recursos litúrgicos, catequéticos e pastorais em função desse Ano, suscitando, acompanhando e apoiando iniciativas locais, regionais e nacionais.

1. Programa do Ano do Laicato

O tema do Ano Nacional do Laicato, “Cristãos leigos e leigas, sujeitos na ‘Igreja em Saída’, a serviço do Reino”, deriva do Documento 105 da CNBB, intitulado “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade”. O subtítulo deste documento, “Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14)”, tornou-se lema desse Ano.

O objetivo geral desse “Ano” demonstra seu belo propósito: “Como Igreja, Povo de Deus, celebrar a presença e a organização dos cristãos leigos e leigas no Brasil; aprofundar a sua identidade, vocação, espiritualidade e missão; e testemunhar Jesus Cristo e seu Reino na

sociedade”. Para implementá-lo, a Comissão Nacional para esse “Ano” propõe a seguintes metas e orientações práticas:

- a) Conclamar toda a Igreja do Brasil: regionais da CNBB, arquidioceses, dioceses e prelazias, paróquias, comunidades, pastorais, movimentos e as distintas expressões laicas, bem como os organismos de comunhão do Povo de Deus, na realização do Ano do Laicato.
- b) Desenvolver atividades que culminem na realização de um Encontro Nacional do Laicato, no encerramento do Ano, por ocasião da solenidade de Cristo Rei, de 2018.
- c) Despertar e motivar iniciativas e participação dos ministros ordenados, da vida consagrada e do laicato na realização desse Ano.
- d) Dialogar com os diferentes sujeitos da sociedade, promovendo a cultura do encontro e o cuidado com a vida e o bem comum, na esperança de que outro mundo é possível.
- e) Envolver os meios de comunicação social nas atividades do Ano do Laicato.

Entre os muitos eventos já realizados ou previstos para esse Ano, merecem destaque: Abertura feita pela Presidência da CNBB nos meios de comunicação social, bem como pelas dioceses e paróquias. Visitação da Imagem ou do Estandarte da Sagrada Família pelas paróquias e comunidades. Menção especial no 14º Intereclesial das CEBs, em Londrina – PR, e referências também especiais durante a Campanha da Fraternidade de 2018, sobre o papel dos cristãos leigos e leigas na superação da violência. Painel sobre o Ano Nacional do Laicato durante a 56ª Assembleia Geral Ordinária da CNBB, de 2018. Semana Missionária “Igreja em Saída”, nas Igrejas Particulares, durante, preferencialmente, o mês de julho de 2018, para facilitar a participação da juventude, em férias escolares, naquele mês, assegurando-se a realização de um Círculo Bíblico em cada rua e outros ambientes. Seminários temáticos nos Regionais da CNBB. Tratamento do tema no Congresso sobre ministérios promovido pelo CELAM em parceria com universidades católicas, no Brasil. Encontros de Reflexão durante o mês de novembro. Atividades no Dia Mundial do Pobres (18/11/2018). Encerramento com a Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus e Romaria Nacional do Laicato, por ocasião da solenidade de Cristo Rei, de 2018, em Aparecida - SP.

Temas a serem abordados em seminários, encontros e publicações: O Laicato e o Papa Francisco; Diálogo do Papa Francisco com os Movimentos Populares; Celebração do terceiro ano da Encíclica *Laudato Si*, em parceria com a Rede Eclesial Pan-Amazônica; O Laicato nos diversos areópagos: família, mundo do trabalho, política, cultura e educação, juventude, comunicação em geral; 50 anos de Medellín e 10 anos de Aparecida; Os Ministérios Laicais; e a Teologia do Laicato.

Muitos recursos estão disponíveis: logo, hino e oração do Ano Nacional do Laicato; roteiros de reflexão e celebração; estandarte da Sagrada Família; banners, cartazes, camisetas, panfletos, folhetos litúrgicos e publicações. A Sagrada Família foi escolhida como ícone do Ano do Laicato

por simbolizar a diversidade da realidade laical, ser sinal da família como base da vida social e eclesial, e por seu valor na piedade popular. Propõe-se que este ícone, nas formas de imagem e estandarte, peregrine por todas as comunidades, lares e locais de trabalho. Há um roteiro celebrativo para acolher e enviar esse ícone.

2. Legado eclesial e social

O legado desse Ano Nacional do Laicato será, certamente, muito amplo e denso, nos níveis comunitário, paroquial, diocesano, regional e nacional. Embora os frutos já estejam sendo colhidos no processo, em cada instância, o que se pretende colher nacionalmente, no final desse “Ano”? Deverão ser, necessariamente, ações com incidência na vida eclesial e na sociedade.

No âmbito eclesial, pretende-se criar programas de formação, focados nos ministérios leigos de animação e coordenação de comunidades, pastorais e movimentos; fortalecer a rede de comunidades, conforme propõe o Documento 100 da CNBB, “Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia”; e criar e fortalecer os Conselhos Diocesanos e Regionais de Leigos, como preconiza o Documento 105 da CNBB (n. 275, letra f).

No âmbito da sociedade, pretende-se promover mecanismos de participação popular para o fortalecimento do controle social e da gestão participativa: Conselhos de Direitos, Grupos de Acompanhamento ao Legislativo, iniciativas populares, audiências públicas, referendos e plebiscitos; e mobilizar a sociedade brasileira para a auditoria cidadã da dívida pública.

3. Cristãos leigos e leigas como “sujeitos”

O Ano Nacional do Laicato deverá, sobretudo, propiciar o estudo do Documento 105 da CNBB. Este refere-se em sua introdução ao apelo que emerge da realidade eclesial, pastoral e social dos tempos atuais para uma avaliação, aprofundamento e abertura ao tema do laicato. Ele destaca como urgência: “abrir espaços de participação, estimular a missão, refletir sobre avanços e retrocessos, para fazer crescer a participação e o protagonismo dos leigos na corresponsabilidade e na comunhão de todo o povo de Deus” (CNBB, Documento 105, n. 3, p. 16).

“Chamados pelo Batismo e pela Crisma ao seguimento de Jesus Cristo, os leigos e leigas assumem a responsabilidade de serem sujeitos na Igreja e na sociedade: sal e luz!” Essa afirmação de Dom Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário Geral da CNBB, na apresentação desse documento, aponta como eixo central do Ano Nacional do Laicato, a necessidade dos cristãos leigos e leigas serem assumidos pela Igreja como sujeitos.

Leigo, diferentemente do sentido de “não instruído” que lhe foi atribuído pelo senso comum, é membro de um povo, como sugere sua raiz grega *Laos*, denotando no contexto da Igreja, Povo de

Deus, sua condição de sujeito. “Nem que demore, leigo na Igreja, Povo de Deus, hei de ser.” Assim diz o refrão da canção “Pela Graça de Deus”, do Pe. Zezinho, SC, ressaltando a expectativa contida no coração dos cristãos leigos e leigas de serem reconhecidos no Povo de Deus como sujeitos.

Por séculos, a Igreja privilegiou o valor dos clérigos, em detrimento dos cristãos leigos e leigas. Com o Concílio Vaticano II, estes recuperaram sua identidade e seu lugar como membros de um mesmo corpo, que é a Igreja, constituída por batizados, como uma única categoria de cristãos” (BRIGHENTI, 2006, p.35). Os cristãos leigos e leigas participam do sacerdócio comum dos fiéis, fundado no único sacerdócio de Cristo, conferido pelo batismo (cf. VATICANO II, *Lumen Gentium*, n. 10, p. 115).

O próprio Papa Francisco afirma em sua carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, que «olhar para o povo de Deus é recordar que todos fazemos o nosso ingresso na Igreja”, pelo batismo, “como leigos”. Ele explica que “ninguém foi batizado sacerdote nem bispo” e que “faz-nos bem recordar que a Igreja não é uma elite de sacerdotes, consagrados, bispos, mas que todos formamos o povo santo fiel de Deus” (PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA, Documentos da Igreja - 31, 2016, p. 12).

4. Índole secular da missão laical

Os cristãos leigos e leigas devem participar da ação pastoral da Igreja, conforme preconiza o Documento de Aparecida (n. 211), na vida de comunidade, na catequese e na celebração da fé. No entanto, sua índole secular é própria (cf. VATICANO II, *Lumen Gentium*, n. 31), afinal se fazem presentes nas variadas realidades quotidianas da sociedade. Estão no mundo. Desde e nessa realidade exercem a sua missão.

Aos leigos compete por vocação própria, buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem, pois no mundo, isto é, no meio de todas e cada uma das atividades e profissões, e nas circunstâncias ordinárias da vida familiar e social, as quais como que tecem a sua existência. Aí os chama Deus a contribuírem do interior, à maneira de fermento, para a santificação do mundo, através de sua própria função...” (VATICANO II, *Lumen Gentium*, n. 31).

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial – esse é o papel específico dos pastores – mas sim (...) o vasto e complicado mundo da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos *mass media* (meios de comunhão de massa) e, ainda, outras realidades abertas à evangelização...” (PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*, n. 70).

A índole secular da missão laical se mostra ainda mais importante e urgente reconhecendo-se o déficit de sua presença e atuação na vida social, conforme assinalou a Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina, realizada em março de 2016, em consonância com a afirmação do Papa Bento XVI, na abertura da 5ª. Conferência Geral do Episcopado Latino-

Americano e do Caribe: “Sem dúvida, somos interpelados pela ‘ausência notável’ de presenças e vozes significativas e coerentes de líderes católicos nos âmbitos políticos, acadêmicos e de comunicação na América Latina” (Documentos da Igreja – 31, p. 28)

O Papa Francisco tem despertado a nossa consciência, muitas vezes adormecida, diante de tanta miséria e sofrimento, causados pelo sistema injusto de vida em sociedade, enfatizando a importância do protagonismo laical, especialmente no campo sócio-político, sufocado acentuadamente, na América Latina, pelo clericalismo. Assim diz ele, em sua carta ao Cardeal Ouellet:

Não podemos refletir sobre o tema do laicato ignorando uma das maiores deformações que a América Latina deve enfrentar - e para a qual peço que dirijais uma atenção particular - o clericalismo. Esta atitude não só anula a personalidade dos cristãos, mas tende também a diminuir e a subestimar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração do nosso povo. O clericalismo leva a uma funcionalização do laicato; tratando-o como ‘mandatário’ limita as diversas iniciativas e esforços e, ousaria dizer, as audácias necessárias para poder anunciar a Boa-Nova do Evangelho em todos os âmbitos da atividade social e, sobretudo, política (Documentos da Igreja - 31, 2016, p. 13).

5. Revitalizar a pastoral popular

Por meio dessa carta, o Papa Francisco diz acreditar que a pastoral popular seja “um dos poucos espaços em que o povo de Deus foi libertado de uma influência do clericalismo” (Documentos da Igreja - 31, 2016, p. 13). Ele reconhece aspectos ambíguos nela presentes, quando se trata da religiosidade popular. O Papa enfatiza, no entanto, seu potencial evangelizador. A esse respeito, sua referência à Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, n. 28, é significativa:

A religiosidade popular, pode-se dizer, tem sem dúvida as suas limitações. Ela acha-se frequentemente aberta à penetração de muitas deformações da religião, como sejam, por exemplo, as superstições. Depois, ela permanece com frequência apenas a um nível de manifestações culturais, sem expressar ou determinar uma verdadeira adesão de fé. Ela pode, ainda, levar à formação de seitas e pôr em perigo a verdadeira comunidade eclesial. Se essa religiosidade popular, porém, for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores. Assim ela traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predispõe-nas para o sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé...

Para o Papa Francisco a pastoral popular é uma “chave hermenêutica que nos pode ajudar a compreender melhor a ação que se gera quando o povo santo fiel de Deus reza e age. Uma ação que não permanece vinculada à esfera íntima da pessoa, mas que, ao contrário, se transforma em cultura” (Documentos da Igreja - 31, 2016, p. 14). A pastoral no seu molde popular adquire características de pastoral social pois emerge de sofrimentos do povo, que são, geralmente, causados por males sociais. Desse modo, o Ano Nacional do Laicato, além de estimular a

valorização e o resgate da religiosidade popular como modo de expressão, especialmente laical, se mostra oportuno para revitalizar a pastoral popular, como forma de participação laical na missão da Igreja na sociedade.

6. Projeção para além do Ano do Laicato

A Pontifícia Comissão para a América Latina, ao tratar em sua Assembleia Plenária de 2016, “o indispensável compromisso dos leigos católicos na vida pública dos países latino-americanos”, reconheceu a necessidade dos leigos engajados nesse campo, serem acompanhados e apoiados, e de se investir na formação de uma nova geração de cristãos leigos e leigas que se impliquem na vida pública das nações, conforme já havia afirmado o Papa Bento XVI aos participantes da Assembleia Plenária desta mesma Comissão, em 2008.

Se “os recursos humanos e cristãos” são pouco conhecidos pelos pastores, como afirmou a Assembleia Plenária desse organismo pontifício, em 2016, e se o clero deve favorecer a geração de processos, em lugar de dominar espaços, “devemos reconhecer que o leigo, por sua própria realidade, por sua própria identidade, por estar imerso no coração da vida social, pública e política, por ser partícipe de formas culturais que se geram constantemente, precisa de novas formas de organização e celebração” (Documentos da Igreja - 31, 2016, p. 16).

Quais seriam essas novas formas? Providencialmente, o Papa não as explicita, desafiando-nos a construí-las: “devemos estar do lado do nosso povo, acompanhando-o nas suas buscas e estimulando a imaginação capaz de responder à problemática atual. Discernindo com o nosso povo e nunca para o nosso povo, nem sem o nosso povo. Como diria Santo Inácio, ‘segundo as necessidades de lugares, tempos e pessoas’. Isto é, não uniformizando” (Documentos da Igreja - 31, 2016, p. 16).

Para responder a esse desafio, muitas Igrejas Particulares têm realizado ao longo deste Ano Nacional do Laicato, um diagnóstico amplamente participativo a respeito da realidade do laicato católico: condições de vida, participação ou não na vida comunitária e pública, ações, omissões, dificuldades, questionamentos, valores, potencialidades, expectativas e propostas. A partir de um questionário simples, cristãos leigos e leigas, ativos ou não nas comunidades, inclusive católicos não praticantes, são contatados para responder a esse questionário.

Pretende-se que as respostas, compiladas e analisadas por lideranças eclesiais, sirvam de plataforma para se programar ações e formações de curto, médio e longo alcances. Esse diagnóstico participativo, constitui-se, assim, em instrumento pedagógico que promove a implicação dos próprios cristãos leigos e leigas na análise de suas questões e na visualização de ações que lhe são condizentes, prometendo ser mobilizador para além do Ano Nacional do Laicato.

Conclusão

O Ano Nacional do Laicato está estimulando os cristãos leigos e leigas a se assumirem mais como “sujeitos na Igreja e na sociedade”, credibilizados pelo Documento 105 da CNBB e por outros documentos do magistério eclesial, de modo especial do Papa Francisco. O Papa tem insistido sobre a índole secular da missão laical, o potencial evangelizador da pastoral popular e a importância da religiosidade popular bem orientada.

O dinamismo eclesial propiciado por esse “Ano”, do ponto de vista celebrativo, formativo e sociopastoral, demonstra que a Igreja deve continuar potencializando a corresponsabilidade laical em sua missão, favorecendo a participação dos cristãos leigos e leigas em todas as suas instâncias, mantendo, no entanto, o foco na eficiência da presença e atuação laical na vida pública.

Em decorrência, a formação, sobretudo de novas gerações de cristãos leigos e leigas, deve, além de ser priorizada, ser praxiológica e progressivamente coletiva, conjugando-se teoria e prática, em processos coletivos crescentes. O diagnóstico participativo sobre o laicato é um exemplo significativo de instrumento pedagógico a ser utilizado para que a atuação dos cristãos leigos e leigas continue sendo vivaz após “fecharem-se as cortinas” do Ano Nacional do Laicato.

Bibliografia

BRIGHENTI, Agenor, *A Pastoral dá o que Pensar: A Inteligência da Prática Transformadora da Fé*. (São Paulo, Paulinas; Valencia, ESP: Siquem, 2006), p. 35.

CNBB. *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2016.

PAPA FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Documentos Pontifícios – 17. Brasília: Edições CNBB, 2013.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA. *O Indispensável Compromisso dos Leigos na Vida Pública dos Países Latino-americanos*. Documentos da Igreja - 31. Brasília: Edições CNBB, 2016.

VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2001.

*Dom José Reginaldo Andrietta é Bispo Diocesano de Jales - SP; Mestre em Teologia Pastoral pela Universidade Católica de Leuven, Bélgica; Bispo Referencial da CNBB para a Pastoral Operária Nacional; e Membro da Comissão Especial da CNBB para o Ano Nacional do Laicato. E-mail: reginaldoandrietta@hotmail.com